

**PÓS-GRADUAÇÃO**  
**INTEGRIDADE NA GESTÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS- 2023**

**PROVA DE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS**

Leia o texto abaixo e responda às questões que seguem.

TEXTO 1 - HÁ ANO NOVO PARA O JUIZ?

*Desembargador Jessé Torres Pereira Junior*

Qual o voto de ano novo que um juiz de carreira brasileiro pode formular? O mesmo de todos os anos: que a sociedade brasileira absorva o conceito de responsabilidade e se emancipe. [...]

Glamour algum há na função de juiz. Quem está satisfeito não leva pleitos para compartilhar a sua felicidade com a Justiça. A esta só comparece quem se considera vítima de violação de direitos ou é violador de direitos. A rotina diária de um juiz é a de defrontar-se com todas as possíveis e repetidas mazelas das relações humanas, públicas ou privadas, para as quais deve apontar soluções que se harmonizem com a ordem jurídica, seus princípios, normas e regras, nos limites dos meios disponíveis ou mobilizáveis, nos autos de um processo.

O juiz que chega à etapa final da carreira, promovido ao cargo de desembargador (aquele que julga os recursos interpostos contra as decisões dos juízes), ainda menos motivo tem para comemorar passagem de ano. É seu papel julgar recursos contra os desfechos processuais que desagradam às partes (autores ou réus, ou ambos). O que os últimos anos da carreira mostram é que número cada vez maior de pessoas é autor ou vítima de alegada violação de direitos (no estado do Rio de Janeiro, são distribuídos, a cada ano, quase dois milhões de processos novos; segundo estatística do Conselho Nacional de Justiça, o estoque de demandas judiciais em curso nos tribunais do país ultrapassa cem milhões de processos). Muitos são os casos em que a violação poderia ter encontrado uma solução se os próprios envolvidos tivessem o amadurecimento suficiente para debater e resolver a disputa, ao invés de levá-la ao juiz.

Para a ciência do direito, responsabilidade é uma obrigação secundária que se coloca no lugar de uma obrigação primária que se deixou de cumprir. As obrigações primárias são aquelas que se encontram na Constituição, na legislação e nos contratos. Quem as descumpre pode e deve ser chamado à responsabilidade, o que significa que o descumpridor será condenado a compensar as consequências materiais e morais das obrigações que descumpriu. Se as pessoas evoluírem na percepção das obrigações primárias e as cumprirem, ou se, voluntária e consensualmente, corrigirem os efeitos de descumprimentos a que a erronia humana pode conduzir, o número de demandas judiciais cairia substancialmente, demonstrando duas coisas: que a sociedade e as pessoas amadureceram e se emanciparam, tanto que passaram a prevenir ou a resolver, por si mesmas, os problemas decorrentes de eventuais descumprimentos de suas obrigações constitucionais, legais e contratuais, das quais teriam adquirido plena consciência.

**1) De acordo com o segundo parágrafo do texto 1, é possível entender que:**

- a) o único glamour inerente à função de juiz é o de defrontar-se com mazelas, públicas ou privadas, frutos das relações humanas
- b) a rotina de um juiz se resume ao apontamento de soluções harmônicas para as relações jurídicas, independentemente dos meios disponíveis nos autos de um processo
- c) **não há quem esteja satisfeito ou feliz que leve seus pleitos para a esfera judicial; pelo contrário, só comparece ao Judiciário quem se considera vítima de violação de direitos ou é violador de direitos**
- d) muitos processos chegam à análise do magistrado, de naturezas diversas, no entanto, jamais demandas repetidas
- e) a solução de um processo, salvo melhor juízo, não deve se harmonizar com a ordem jurídica, seus princípios, normas e regras

**2) “Muitos são os casos em que a violação poderia ter encontrado uma solução se os próprios envolvidos tivessem o amadurecimento suficiente para debater e resolver a disputa, ao invés de levá-la ao juiz”.**

O texto mantém o seu sentido original se trocarmos os elementos sublinhados por:

- a) conquanto / embora
- b) já que / em vez de
- c) caso / mas sim
- d) pois / e não
- e) caso / ao contrário de

3) No primeiro parágrafo do texto, há uso de dois sinais de pontuação: o ponto de interrogação e os dois pontos. Sobre sua função no parágrafo mencionado, é possível afirmar que:

- a) a interrogação inicia uma pergunta sem resposta, e os dois pontos têm a função de trazer a fala de outrem
- b) o ponto de interrogação está ao final de uma pergunta direta, que é respondida de forma explícita após os dois pontos
- c) o ponto de interrogação está ao final de uma pergunta indireta, e a função dos dois pontos é a de explicar o porquê de todo ano os juízes fazerem seus votos
- d) a interrogação inicia uma pergunta que será respondida no segundo parágrafo, e os dois pontos têm função de exemplificação
- e) o ponto de interrogação está ao final de uma pergunta indireta, que não é respondida ao longo do texto

4) “Glamour algum há na função de juiz”. A reescrita dessa frase ocorre de maneira equivocada, alterando, inclusive, seu sentido, em uma das opções abaixo. Marque-a:

- a) “Não há qualquer glamour na função de juiz”
- b) “Glamour algum existe na função de juiz”
- c) “Glamour algum há na função de magistrado”
- d) “Na função de juiz não há glamour”
- e) “Algum glamour há na função de juiz”

5) No trecho “(...) Se as pessoas evoluírem na percepção das obrigações primárias e as cumprirem, ou se, voluntária e consensualmente, corrigirem os

efeitos de descumprimentos a que a erronia humana pode conduzir, o número de demandas judiciais cairia substancialmente (...)”, a conjunção sublinhada transmite a mesma ideia do elemento sublinhado na seguinte alternativa:

- a) Vocês poderiam me dizer se haverá verba suficiente para as obras?
- b) Aceito o seu convite, contanto que você pague o jantar
- c) É importante que as duas equipes se entendam e cheguem a um acordo
- d) Já que não houve consenso, está dissolvida a assembleia
- e) Fala-se muito, embora se faça pouco

Leia o texto abaixo e responda às questões que seguem.

## TEXTO 2 - DIREITOS HUMANOS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

*Andreia Maria Cadore Tolfo*

O ambiente jurídico é um espaço privilegiado não apenas para estudo e discussão das legislações, mas também para análises críticas e ações práticas que repercutem no cotidiano da comunidade. No ensino jurídico, os direitos humanos são um dos temas que apresentam um vasto potencial para práticas que articulam ensino, pesquisa e extensão.

Contudo, algumas vezes os direitos humanos são concebidos de forma bastante simplista por parte da sociedade, sendo identificados apenas como normas que protegem os que agem contra a lei. Tal concepção não contempla a amplitude desses direitos que amparam todo ser humano, garantindo-lhe guarida nas mais diversas situações.

Essa visão incipiente e deficitária dos direitos humanos precisa ser superada por meio de estratégias que promovam e consolidem a percepção do conteúdo autêntico desses direitos e da noção de que eles são inerentes à pessoa humana. Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, em razão disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana.

**6) Analise as assertivas a seguir de acordo com as ideias apresentadas no texto.**

I- O tipo textual predominante é o dissertativo de cunho expositivo, já que a autora apenas apresenta informações, sem o intuito de defender seu ponto de vista sobre o tema abordado.

II- Segundo a autora, a sociedade tem plena consciência acerca da imprescindibilidade dos direitos humanos.

III- O último parágrafo do texto pode ser considerado conclusivo, uma vez que apresenta uma possível solução para o problema exposto no desenvolvimento, buscando a conscientização do leitor.

**Está EQUIVOCADO o que se afirma em:**

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) III
- e) II

**7- Um dos recursos utilizados para estabelecer a coesão textual é o uso dos elementos conectores, que são termos que se referem a outros termos no texto, seus referentes. No início do segundo parágrafo, há um conector que dialoga com as ideias apresentadas no parágrafo anterior, com o objetivo de:**

- a) reforçar as ideias do primeiro parágrafo, acrescentando informações confluentes
- b) justificar as ideias apresentadas no primeiro parágrafo com informações adicionais
- c) romper qualquer relação semântica ou sintática com o parágrafo anterior
- d) ratificar as ideias presentes no primeiro parágrafo, trazendo elementos aditivos
- e) estabelecer uma oposição com as ideias do primeiro parágrafo, trazendo um ponto de vista diferente acerca do tema discutido no texto

**8- “Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, em**

razão disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana". A substituição do elemento sublinhado pelos conectivos abaixo NÃO provocou alteração de sentido em:

a) Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, não obstante isso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana

b) Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, além disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana

c) Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, por causa disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana

d) Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, ao contrário disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana

e) Como tarefa, é preciso promover a consciência de que os direitos humanos englobam todos os direitos que são imprescindíveis a uma vida digna e, através disso, havendo sua privação se dá a negação da própria dignidade humana

9- Assinale a alternativa em que o significado do vocábulo sublinhado está indicado de forma CORRETA:

a) [...] algumas vezes os direitos humanos são concebidos de forma bastante simplista por parte da sociedade = arremessados

b) Essa visão incipiente e deficitária dos direitos humanos precisa ser superada = parca

c) Essa visão incipiente e deficitária dos direitos humanos precisa ser superada = ignorante

- d) [...] precisa ser superada por meio de estratégias que promovam e consolidem a percepção do conteúdo autêntico desses direitos = duvidoso
- e) Tal concepção não contempla a amplitude desses direitos que amparam todo ser humano, garantindo-lhe garida nas mais diversas situações = desamparo

**Leia o texto abaixo e responda às questões que seguem.**

### TEXTO 3 - O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

*Flávia Piovesan*

A internacionalização dos direitos humanos constitui, assim, movimento extremamente recente na história, que surgiu a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. [...]

No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos, como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como valor fonte de direito.

Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.

**10- No trecho “A internacionalização dos direitos humanos constitui, assim, movimento extremamente recente na história, que surgiu a partir do pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo”, o elemento sublinhado faz referência a:**

- a) internacionalização dos direitos humanos
- b) atrocidades
- c) horrores cometidos durante o nazismo
- d) **movimento extremamente recente na história**

e) nazismo

11. Observe o trecho “No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica da destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos [ ...]”. Em relação à repetição dos termos sublinhados, pode-se afirmar que:

a) se trata de um recurso estilístico, utilizado para enfatizar a expressão repetida

b) é um recurso que sugere pobreza de vocabulário e, por isso, deveria ser evitado

c) revela um descuido da autora, já que um texto coeso deve evitar a repetição de palavras

d) é um recurso que deveria ser utilizado exclusivamente em textos poéticos

e) é um recurso utilizado pela autora com o objetivo de aproximar o texto da linguagem oral

12. “Diante dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral”. Assinale a única alternativa cuja substituição dos termos sublinhados interfere drasticamente no sentido do texto.

a) Em face dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral

b) Perante essa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.

c) Devido a essa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral

d) Em virtude dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.



e) A despeito dessa ruptura, emerge a necessidade de reconstruir os direitos humanos, como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral

Leia o texto abaixo e responda à questão que segue.

TEXTO 4 – COMITÊ DA ONU PREPARA RECOMENDAÇÃO SOBRE ACESSO DAS MULHERES À JUSTIÇA

*Silvia Carlos da Silva Pimentel*

“É necessário que as mulheres tenham noção de seus direitos. É preciso, em primeiro lugar, informá-las de que têm direitos; em segundo, quais são e que elas podem exigir esses direitos; e, em terceiro, aonde ir para exigí-los. É preciso ainda promover a educação em direitos não só para as mulheres, mas para toda a população. Precisamos mostrar que nós, mulheres, não queremos acesso à Justiça porque somos vítimas, mas porque somos sujeitos de direitos”.

13- A impessoalização da linguagem é um recurso de natureza linguístico-discursiva utilizado para eliminar ou atenuar a subjetividade e as marcas de autoria em um texto. Assinale a alternativa em que NÃO ocorre esse recurso.

- a) É necessário que as mulheres tenham noção de seus direitos
- b) É preciso, em primeiro lugar, informá-las de que têm direitos
- c) É preciso ainda promover a educação em direitos não só para as mulheres, mas para toda a população
- d) Precisamos mostrar que nós, mulheres, não queremos acesso à Justiça porque somos vítimas, mas porque somos sujeitos de direitos
- e) [...] em segundo, quais são e que elas podem exigir esses direitos; e, em terceiro, aonde ir para exigí-los

14- No trecho “É preciso ainda promover a educação em direitos não só para as mulheres, mas para toda a população”, os conectivos sublinhados estabelecem entre si uma relação semântica de:

- a) adição
- b) oposição
- c) consequência
- d) conclusão
- e) explicação

**Leia o texto abaixo e responda às questões que seguem.**

#### TEXTO 5 - LIBERDADE DE IMPRENSA E RESPONSABILIDADE CIVIL

*Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade*

Pelo prisma do sistema jurídico constitucional brasileiro, a posição de destaque atribuída à liberdade de expressão decorre, dentre outras razões, da forma ampla, enfática e até redundante pela qual o texto constitucional tratou desse princípio, nos artigos 5º, IV e IX, e 220, os quais são expressos na rejeição de qualquer tipo de censura, prévia ou posterior.

Apesar disso, em razão da falta de parâmetros jurisprudenciais seguros e sedimentados, tem havido um crescente número de casos de jornalistas e articulistas alvos de investigação e de ações de natureza civil e penal da parte de agentes públicos, que alegam ser vítimas de ofensas à sua reputação.

Em muitos desses casos, as manifestações apontadas como ofensivas nem mesmo se referem a afirmações de fatos, constituindo apenas opiniões críticas, embora severas, muitas vezes acompanhadas de expressões hiperbólicas e adjetivos insultuosos, como os que com frequência são veiculadas na imprensa e nas redes sociais contra o presidente da república e outros agentes oficiais.

Em junho de 2020, por exemplo, o Ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional, pediu a abertura de inquérito criminal pela publicação de uma charge crítica ao presidente da república.

Essas ações têm por objetivo calar manifestações contrárias aos atos do governo e de seus agentes, provocando um movimento de autocensura e inibição do debate em assuntos de interesse público, com graves riscos para a democracia.

As nossas cortes de justiça devem se basear em critérios objetivos e estritos acerca dos limites das liberdades de expressão e de imprensa, de modo a conferir mais segurança à atividade jornalística. Esses limites não podem depender da régua e do compasso de cada julgador.

É essencial que se crie uma cultura da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, com o estabelecimento de parâmetros jurisprudenciais objetivos que preservem essas liberdades, essenciais para uma democracia que se pretenda digna desse nome e não constitua uma mera promessa escrita em uma folha de papel.

**15- Assinale a alternativa em que há palavra ou expressão empregada com sentido figurado:**

a) [...] tem havido um crescente número de casos de jornalistas e articulistas alvos de investigação e de ações de natureza civil e penal da parte de agentes públicos [...]

b) [...] muitas vezes acompanhadas de expressões hiperbólicas e adjetivos insultuosos [...]

c) [...] o Ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional, pediu a abertura de inquérito criminal pela publicação de uma charge crítica ao presidente da república

**d) Esses limites não podem depender da régua e do compasso de cada julgador**

e) Em muitos desses casos, as manifestações apontadas como ofensivas nem mesmo se referem a afirmações de fatos, constituindo apenas opiniões críticas [...]

**16- No texto 5, o Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade apresenta, por meio de argumentos, seu ponto de vista acerca do tema da liberdade de expressão. No trecho “Em junho de 2020, por exemplo, o Ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional, pediu a abertura de inquérito criminal pela publicação de uma charge crítica ao presidente da república”, o autor utiliza que tipo de argumento?**

a) Argumento de autoridade

- b) Argumento histórico
- c) Argumento de exemplificação
- d) Argumento de provas concretas
- e) Argumento de comparação

17 – “Apesar disso, em razão da falta de parâmetros jurisprudenciais seguros e sedimentados, tem havido um crescente número de casos de jornalistas e articulistas alvos de investigação e de ações de natureza civil e penal da parte de agentes públicos [...]” Os dois termos destacados poderiam ser substituídos, respectivamente, sem alteração de sentido, por:

- a) Não obstante / consolidados
- b) Entretanto / fragmentados
- c) Por conseguinte / firmados
- d) Porquanto / fortalecidos
- e) Conquanto / desagregados

18- Analise as assertivas a seguir.

I- Segundo o autor, o fato de o texto constitucional tratar do princípio da liberdade de expressão de forma ampla e enfática é suficiente para impedir qualquer tipo de censura em nossos meios de comunicação.

II- No último parágrafo, o autor apresenta uma proposta de solução para o problema abordado ao longo do texto.

III- Infere-se do texto que as nossas cortes de justiça têm se baseado em critérios subjetivos para impor os limites entre as liberdades de expressão e de imprensa.

Em relação ao texto 5, está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I, II e III
- e) III

19) Os modalizadores são palavras ou expressões que indicam intenções e pontos de vista do enunciador. Observe o trecho: “É essencial que se crie uma cultura da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa, com o estabelecimento de parâmetros jurisprudenciais objetivos que preservem essas liberdades”. Pode-se afirmar que a expressão destacada sugere:

- a) certeza
- b) possibilidade
- c) **necessidade**
- d) proibição
- e) dúvida

20) Observe o trecho: “[...] em razão da falta de parâmetros jurisprudenciais seguros e sedimentados, tem havido um crescente número de casos de jornalistas e articulistas alvos de investigação e de ações de natureza civil e penal da parte de agentes públicos, que alegam ser vítimas de ofensas à sua reputação”. Nas alternativas abaixo, o autor apresenta argumentos para defender essa tese, EXCETO em:

- a) **“Pelo prisma do sistema jurídico constitucional brasileiro, a posição de destaque atribuída à liberdade de expressão decorre, dentre outras razões, da forma ampla, enfática e até redundante pela qual o texto constitucional tratou desse princípio”**
- b) “Em muitos desses casos, as manifestações apontadas como ofensivas nem mesmo se referem a afirmações de fatos, constituindo apenas opiniões críticas [...]”
- c) “Em junho de 2020, por exemplo, o Ministro da Justiça, com base na Lei de Segurança Nacional, pediu a abertura de inquérito criminal pela publicação de uma charge crítica ao presidente da república”
- d) “Essas ações têm por objetivo calar manifestações contrárias aos atos do governo e de seus agentes, provocando um movimento de autocensura e inibição do debate em assuntos de interesse público, com graves riscos para a democracia”

e) “As nossas cortes de justiça devem se basear em critérios objetivos e estritos acerca dos limites das liberdades de expressão e de imprensa, de modo a conferir mais segurança à atividade jornalística”